

Começar de Novo

Fátima Moura Roque

Vinte cinco anos depois da independência, todos os projectos de futuro para a Angola fracassaram ou estão eternamente adiados por causa da guerra. Mas a reconciliação entre inimigos e rivais ainda é possível. É essencial acreditar que é possível construir um país melhor.

Angola tornou-se independente de Portugal há 25 anos, em 11 de Novembro de 1975. Um quarto de século da nossa história caracterizado por exclusão e repressão, guerra civil e intervenção estrangeira, má gestão da economia e corrupção, a morte de mais de um milhão de angolanos e um número de deslocados e refugiados três vezes superior, bem como pela destruição praticamente total das infra-estruturas físicas e do tecido social.

Os padrões sociais e as condições de vida, já de si baixos na época colonial, situam-se agora bastante aquém das médias da África a sul do Sara e dos países de baixo rendimento. Relativamente ao índice de desenvolvimento humano, em 1999, Angola situou-se em 160º lugar numa lista de 174 países, atrás de Estados tão empobrecidos como o Bangladesh e a República Centro-Africana (Relatório do Desenvolvimento Humano 1999). Estes símbolos da nossa desgraça são ainda mais perturbadores pelo facto de Angola parecer ser na altura da independência uma promessa. Todavia, tal como adolescentes irresponsáveis, esbanjámos a nossa herança! Ao invés de direccionarmos os nossos esforços para a correcção das faltas do sistema colonial, tais como a discriminação, a subafecção de recursos aos povos mais desfavorecidos do interior e do Leste do país, a estrutura distorcida do nosso comércio externo, perpetuámos estes demónios e excedemos os nossos outrora "padrões coloniais", cometendo tragédias e erros ainda maiores e mais graves.

Ninguém de boa fé poderá afirmar que as Nações Unidas não têm feito um esforço excepcional para facilitar a transição desejada da guerra civil para o desenvolvimento sustentado em Angola.

Mas, mesmo assim, fracassou! Em Angola a guerra continua e os angolanos continuam a morrer todos os dias. O nosso Governo exigiu a retirada da MONUA de Angola e o Presidente José Eduardo dos Santos tornou claro, em Dezembro de 1998, que era sua intenção destruir militarmente a UNITA. O comandante-chefe das FAA, general João de Matos, anunciou, em Outubro de 1999, que as FAA tinham conseguido com sucesso destruir mais de 80 por cento da capacidade militar convencional da UNITA, não representando esta já uma ameaça para o Governo de Angola. Desde então, as FAA têm sido espalhadas por todo o país e colocadas ao longo das fronteiras para enfrentar o que tem sido descrito como bolsas de resistência da UNITA. As sanções impostas pelas Nações Unidas à UNITA estão agora a ser aplicadas com eficácia, impedindo esta organização de vender diamantes e de adquirir armamento. Contudo, o derramamento de sangue de populações civis continua a estar na ordem do dia. Dezenas de milhares, fugindo das zonas de guerra, refugiaram-se nas cidades e vilas ao longo do litoral e, para vergonha nossa, também nos países vizinhos – eles próprios com inúmeros problemas de fome, pobreza, doença e exclusão.

Transformámo-nos numa praga da região, numa praga insensível, arrogante, invasora e destruidora. Pior ainda, os nossos líderes não denotam qualquer embaraço ou vergonha pelas condições em que vivemos. Esta falta de pudor é a melhor prova do nosso colapso moral. (...)

Mas como Abraham Lincoln sabiamente declarou: "Pode enganar-se parte do povo todo o tempo; todo o povo algumas vezes; mas não se consegue enganar todo o povo todo o tempo". A capacidade dos nossos "senhores da guerra" de espezinhar as preocupações e necessidades dos outros está a chegar ao fim. As igrejas Católica e Protestante, a comunicação social independente, muitos dos partidos da oposição e uma faixa ampla da sociedade civil – incluindo jovens, mulheres e homens de coragem que reclamam o controlo das suas próprias vidas – têm exigido repetidamente o cessar-fogo imediato e negociações directas entre a UNITA (de Jonas Savimbi) e o Governo, de forma a alcançar a paz e a promover a reconciliação nacional.

(...) A escolha que temos pela frente é desperdiçar mais esta oportunidade, tal como tantas vezes o fizemos no passado, ou agarrar este desafio com patriotismo e determinação. A mesma água nunca passa duas vezes debaixo da mesma ponte.

A paz em Angola não será alcançada com a eliminação de Savimbi ou o genocídio dos apoiantes da UNITA, nem, evidentemente, com a destruição do MPLA e dos angolanos que o defendem. A UNITA e o MPLA representam eleitorados reais e substanciais em Angola. Esforços feitos por cada um deles para destruir ou submeter o outro são inúteis e só atrasam a construção de um futuro comum estável e próspero.

Se, de facto, estamos preparados para agarrar este desafio devemos começar por perguntar o que queremos que o nosso país seja daqui a 25 anos. Já alguma vez colocámos a nós próprios esta questão? Se o tivéssemos feito em 1975, não teríamos com toda a certeza desejado o desastre que entretanto fabricámos!

Gostaria de aventurar-me a dar uma resposta. Queremos uma Angola com estabilidade social e política e com desenvolvimento económico sustentado. Queremos um país com liberdade, tolerância e justiça social que nos faça ter orgulho em ser angolanos. Queremos um país com condições de vida que nos façam felizes e desejosos de trabalhar e de viajar nele. Não queremos uma Angola que sirva para alimentar a corrupção. Não queremos uma Angola que promova o desvio dos nossos recursos para o exterior e proporcione à elite viagens à Europa, ao Brasil e à África do Sul para arrancar um simples dente.

Queremos empurrar para o passado os horrores da guerra, da pobreza, da exclusão, da doença e da ignorância. Não queremos ter vergonha ou medo quando mostramos o passaporte ao dizemos que somos angolanos. Não queremos aparecer nos telejornais desse mundo fora pelos piores motivos. Queremos ser falados e alcançar um posição de liderança por causa das nossas capacidades. Queremos atrair investimento estrangeiro não só porque Deus nos bafejou com petróleo e diamantes, mas também, e especialmente, pelo valor da nossa mão-de-obra, pela determinação do nosso povo, pela transparência da nossa governação e pela qualidade das nossas infra-estruturas.

Angola pode ser um dos países mais importantes e prósperos do mundo, mas esta proeza não acontecerá por acidente. Para isso, teremos de nos empenhar com afinco e de nos dedicar arduamente ao trabalho. Para isso, teremos de aprender tanto com os nossos erros do passado como com o sucesso dos outros.

Nenhum país triunfou até hoje sem que o seu povo tenha partilhado uma visão estratégica de futuro e um forte sentimento de identidade comum que o distingua positivamente dos outros. Também nós precisamos de ter uma visão nacional que nos una e fortaleça.

Todavia, ter tal ambição significa construir em Angola uma sociedade tolerante, solidária e inclusiva. Significa ainda que todos têm o direito de participar plenamente na sociedade, na economia e nas instituições. Ninguém pode ou deve ser excluído. Os comentários insultuosos que muitos dos nossos compatriotas “educados” das cidades dirigem ao povo rural do interior – ou mesmo ao povo “educado” de origem Ovimbundo – constituem uma vergonha nacional e não devem existir na Angola do futuro. O mesmo deve ser dito dos comentários pejorativos que se ouvem em Luanda acerca das pessoas de origem Bacongo.

Por outro lado, o racismo que ocasionalmente aparece à superfície nos segmentos mais radicais dos excluídos deve também ser condenado. Estes são, todos eles, símbolos da patologia nacional e não têm lugar na Angola que queremos ter daqui a 25 anos. O objectivo é respeitar, valorizar e celebrar a nossa diversidade cultural como motor da unidade angolana.

Chegar a este ponto implica, primeiramente e acima de tudo, fazer a paz. Mas construí-la será de longe mais fácil se compreendermos que a diversidade que nos distingue é a razão da força nacional. Na base do nosso sucesso está a construção da confiança. Confiança uns nos outros, confiança nos nossos governantes e confiança dos outros em nós. O renascimento da sociedade civil, bem evidente na postura construtiva e corajosa das igrejas, dos jovens, das mulheres e dos profissionais da comunicação social independente, mostra-nos o papel vital que a pressão política pode ter na construção de um clima no qual floresça a confiança.

Todos nós praticámos actos horríveis nas últimas três décadas. Estamos juntos neste barco: os mais velhos e os mais novos. Uns cometeram erros, outros devem saber perdoar. Quanto mais depressa aceitarmos que o perdão deve ser de cada um de nós para todos os outros, mais fácil será sarar as feridas – sem ódio, sem vinganças, sem inveja. O esforço nacional exigido é contudo excepcional e só valerá a pena se for voluntário. Começemos já por acabar com a propaganda e a demonização de uns quantos. O local onde nascemos ou a forma como vestimos e cortamos o cabelo não deve ser usado para nos marginalizar aos olhos da sociedade que queremos construir no futuro. Começemos já por aceitar os outros como eles são, aceitemo-nos como angolanos, como irmãos. Este é o significado da reconciliação. Será isto fácil? Para tanto teremos de o querer. Começemos hoje! Começemos já!